

Oposição no Senado não impressiona Passarinho

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, desdenhou ontem a afirmação do líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), de que a oposição não negociará com o Governo em torno do projeto que limita a edição de medidas provisórias, pelo Presidente da República, por ter maioria na Casa para aprovar as restrições. "Esse negócio de dizer que há maioria para votar isso ou aquilo não me impressiona, quero ver na hora de apertar o botão do painel eletrônico de votação", disse Passarinho. Ele, no entanto, reafirmou a disposição do Governo para o diálogo e voltou a defender a negociação como uma necessidade, já que, em sua opinião, o Senado está bem dividido em relação à matéria.

A idéia entre os oposicionistas — que pretendiam se reunir ainda ontem no Senado, para discutir a questão — e apresentar emendas ao projeto aprovado pela Câmara, de modo a incluir nele a limitação a apenas uma reedição de medidas provisórias e a proibição de uso deste instrumento para legislar sobre matéria tributária. Emendas nesse sentido foram derrubadas na Câmara, onde a oposição perdeu por apenas cinco votos a possibilidade de restringir o poder do Presidente de utilizar MPs. Se aprovadas pelo Senado, o projeto terá de vol-

tar à votação na Câmara.

Passarinho disse que o anúncio por Lucena de que a oposição tem maioria é uma estratégia muito comum em matérias polêmicas, como é o caso das MPs. As lideranças agem assim para manter o clima acirrado na votação, analisou. O ministro — que na semana passada protagonizou um bate-boca com o líder Lucena por telefone, quando lhe disse que sua insistência em punir por infidelidade partidária os peemedebistas que votassem contra a limitação era uma afronta e uma declaração de guerra ao Governo — afirmou que continua considerando descabível a idéia de modificar um dispositivo constitucional através de projeto-de-lei complementar. Seria mais justo se o Congresso alterasse o dispositivo através de uma emenda à Constituição, disse, acrescentando que não acha que o presidente Fernando Collor tenha usado excessivamente MPs.

Passarinho acha boas as expectativas de tramitação no Congresso das medidas propostas pelo Governo no Projeto de Reconstrução Nacional. Ele citou como positiva a disposição dos políticos para a votação imediata de projetos de lei sobre alguns tópicos contidos no **Projetão**, como o imposto sobre grandes fortunas e a concessão de servi-

ços públicos à iniciativa privada. Quanto mais velozmente caminhar o Congresso, melhor.

Passarinho explicou que a visita feita por ele e pelo secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, terça e quarta-feira, aos presidentes dos principais órgãos de imprensa e a entidades de classe em São Paulo e no Rio foi a primeira fase do cronograma de negociação do **Projetão**. O Governo se preocupou em manter contato com os chamados formadores de opinião antes de partir para a negociação política no Congresso, disse o ministro, que participou ontem, em Brasília, com o presidente Fernando Collor, de um almoço com a bancada do PL para discutir a mesma questão.

O ministro tentou contornar o mal-estar causado pela afirmação de Kandir, quarta-feira em São Paulo — de que os parlamentares estariam bloqueando a discussão do projeto no Congresso por motivos clientelistas — mas acabou, em parte, ratificando a crítica. Kandir disse que se o **Projetão** fosse discutido como um todo, e não por partes, seria aprovado com maior facilidade, pois ele suscita temas que os parlamentares, sempre preocupados com a próxima eleição, acabam por não votar, afirmou (AE).